

CEM

CADERNO DE EXERCÍCIOS *MASTER*

Direito Constitucional

Procurador Legislativo – 1ª fase

Controle de Constitucionalidade

### 1) FGV - Procurador Legislativo - AL MT (2013)

Quanto às ações constitucionais, assinale a afirmativa incorreta.

- a) A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental pode ser utilizada para resolver controvérsia acerca da legitimidade do direito ordinário pré-constitucional.
- b) A exclusão de benefício incompatível com o princípio da igualdade, a um determinado grupo de pessoas, pode caracterizar caso de omissão parcial do dever de legislar.
- c) A suspensão pelo Senado Federal da execução da lei inconstitucional se aplica à declaração de não-recepção da lei pré-constitucional levada a efeito pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) É dominante, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, entendimento segundo o qual, na Ação Direta de Inconstitucionalidade e na Ação Declaratória de Constitucionalidade, prevalece o pedido da causa petendi aberta.
- e) O constituinte de 1988 fixou como princípios básicos, cuja lesão pelo Estado-membro poderá dar ensejo à intervenção federal, entre outros, a forma republicana, o sistema representativo e o regime democrático.

### 2) CS UFG - Procurador Legislativo - AL MT (2015)

O controle de constitucionalidade trata de processo de caráter objetivo, com o fim de viabilizar o julgamento da validade abstrata do ato estatal em face da Constituição Federal. Sobre controle de constitucionalidade no sistema brasileiro,

- a) a lei do Distrito Federal derivada da sua competência legislativa municipal é passível de questionamento mediante ação direta de inconstitucionalidade.
- b) o sistema constitucional brasileiro admite controle concentrado ou difuso de constitucionalidade de normas produzidas pelo poder constituinte originário.
- c) a superveniente revogação da norma impugnada na via do controle concentrado mantém ativo e íntegro o objeto da ação direta de inconstitucionalidade.
- d) o controle preventivo de normas em curso de formação (controle jurisdicional de constitucionalidade material de projetos de lei) é inadmitido no sistema brasileiro.

### 3) CESPE - Procurador - MPTC-DF (2013)

No que se refere ao controle de constitucionalidade e ao controle exercido pelos TCs, julgue o item a seguir.

Embora os TCs não detenham competência para declarar a inconstitucionalidade das leis ou dos atos normativos em abstrato, eles podem, no caso concreto, reconhecer a desconformidade formal ou material de normas jurídicas com a CF, deixando de aplicar, ou providenciando a sustação, de atos que considerem inconstitucionais.

- ( ) Certo
- ( ) Errado

### 4) CESPE - Procurador - MPTCE-PB (2014)

Controle de Constitucionalidade

Em relação ao controle incidental de constitucionalidade, assinale a opção correta com base na jurisprudência do STF.

- a) O controle difuso de constitucionalidade somente pode ser realizado pelos tribunais do Poder Judiciário, em atenção à cláusula de reserva de plenário.
- b) Embora não seja a regra geral, o STF admite, em certos casos, a concessão de efeitos ex nunc à declaração incidental de inconstitucionalidade.
- c) Ao julgar os recursos extraordinários, o STF deve observar a cláusula de reserva de plenário, razão por que esses recursos devem sempre ser apreciados pela composição plena daquele tribunal.
- d) A decisão de órgão fracionário de tribunal que apenas afasta a aplicação de determinada lei, sem expressamente declará-la inconstitucional, não ofende a cláusula de reserva de plenário.
- e) A competência privativa do Senado Federal de suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do STF não se aplica ao direito municipal.

**5) CESPE - Procurador - MPTC-DF (2002)**

Acerca da jurisdição constitucional no direito comparado, julgue o item abaixo.

Alemanha, Portugal e França são nações que praticam o sistema de controle concentrado de constitucionalidade das leis.

- ( ) Certo
- ( ) Errado

**6) CESPE - Procurador - MPTC-DF (2002)**

Acerca da jurisdição constitucional no direito comparado, julgue o item abaixo.

O surgimento de um órgão judicial especial para a apreciação da constitucionalidade das leis ocorreu na Áustria, em 1920, sendo a culminação de uma idéia que possuía antecedentes na história constitucional daquele país.

- ( ) Certo
- ( ) Errado

**7) CESPE - Procurador - MPTC-DF (2002)**

Acerca da jurisdição constitucional no direito comparado, julgue o item abaixo.

O modelo de controle de constitucionalidade das leis em Portugal compreende a fiscalização preventiva da constitucionalidade, a fiscalização concreta da constitucionalidade, a fiscalização abstrata da constitucionalidade e a inconstitucionalidade por omissão.

- ( ) Certo
- ( ) Errado

**8) FCC - Procurador - AL PB (2013)**

Em relação ao controle abstrato de constitucionalidade, é correto afirmar:

- a) O Supremo Tribunal Federal deve condicionar sua admissibilidade à inviabilidade do controle difuso.
- b) A arguição de descumprimento de preceito fundamental pode ter por objeto lei anterior à Constituição Federal.
- c) Somente o Procurador-Geral da República pode ajuizar ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- d) O Conselho Federal da OAB poderá ajuizar ações diretas de inconstitucionalidade desde que comprovada a pertinência temática.
- e) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar ação direta de inconstitucionalidade interventiva proposta pelo Procurador-Geral da República.

**9) CESPE - Procurador - MPTCE-PB (2014)**

Lei aprovada pela AL/PB permite a nomeação, para o exercício de cargo em comissão no âmbito do Poder Executivo, de até dois parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau civil de seus servidores e membros.

Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta à luz das normas constitucionais e da jurisprudência do STF.

- a) A lei em questão poderá ser aplicada no âmbito estadual, desde que, primeiramente, seja editada lei nacional autorizativa desse tipo de nomeação.
- b) A norma em apreço não poderia ser objeto de controle concentrado de constitucionalidade perante o STF, já que, por direcionar seus preceitos exclusivamente ao Poder Executivo local, não se mostra dotada de efeitos genéricos.
- c) A lei em exame é constitucional já que se insere no âmbito de autogoverno e de autoadministração estadual.
- d) A referida lei é constitucional, haja vista que a vedação às citadas nomeações pela administração pública depende de previsão expressa em norma estadual, que poderá, inclusive, excepcionar algumas hipóteses específicas, como ocorreu na lei em questão.
- e) A norma em apreço padece de inconstitucionalidade por violação aos princípios constitucionais da impessoalidade e da moralidade.

**10) CESPE - Procurador - MPTCE-PB (2014)**

No que se refere ao controle abstrato de constitucionalidade, assinale a opção correta de acordo com a jurisprudência do STF.

- a) Ainda que a petição inicial da ADI por omissão não indique a omissão total ou parcial quanto ao cumprimento do dever constitucional de legislar, deverá o relator submeter o feito ao plenário, não podendo decidir de forma monocrática.

Controle de Constitucionalidade

- b) A petição inicial da ação declaratória de constitucionalidade (ADC) deverá indicar a existência de controvérsia judicial ou doutrinária relevante sobre a aplicação da norma objeto da ação.
- c) É cabível a arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) para se obter a revisão ou o cancelamento de súmula vinculante, haja vista os efeitos erga omnes e a eficácia vinculante desses enunciados.
- d) O amicus curiae não tem legitimidade para opor embargos de declaração contra decisão proferida pelo STF sobre o mérito de ADI.
- e) Ainda que não figurem no feito como requerentes ou requeridos, os legitimados a ajuizar a ADI poderão opor embargos de declaração.

**11) FCC - Procurador - TCE-CE (2015)**

Suponha lei estadual que subtraia das inspeções e auditorias do Tribunal de Contas pesquisas e consultorias solicitadas pela Administração para direcionamento de suas ações, bem como de documentos relevantes, cuja divulgação possa importar danos para o Estado. Nesta circunstância,

- a) o Advogado-Geral da União, em ação direta ajuizada por entidade de classe de âmbito nacional, pode opinar pela inconstitucionalidade da lei impugnada, ou seja, pela procedência do pedido formulado na inicial da ação direta.
- b) a transparência, na hipótese, não decorre do princípio da publicidade.
- c) a justificativa genérica de que a divulgação resultará em danos ao Estado ofende o princípio da publicidade e o direito de acesso à informação.
- d) a anterior formalização de ação direta perante o Tribunal de Justiça local, em face de dispositivo de Constituição Estadual de reprodução obrigatória, afasta a apreciação pelo Supremo Tribunal Federal de ação direta em que se questiona a harmonia da mesma norma com a Constituição da República.
- e) a entidade de classe de âmbito nacional, requerente de eventual ação direta, fica dispensada de demonstrar pertinência temática.

**12) CESPE - Procurador - MPTC-DF (2013)**

No que se refere ao controle de constitucionalidade e ao controle exercido pelos TCs, julgue o item a seguir.

Não se admite ação direta de inconstitucionalidade, perante o STF, cujo objeto seja ato normativo editado pelo DF no exercício de competência que a CF reserve aos municípios, tal como a disciplina e polícia do parcelamento do solo.

- ( ) Certo
- ( ) Errado

**13) CESPE - Procurador - MPTC-DF (2013)**

No que se refere ao controle de constitucionalidade e ao controle exercido pelos TCs, julgue o

Controle de Constitucionalidade

item a seguir.

O STF possui competência para apreciar a inconstitucionalidade por omissão, legislativa ou administrativa, de órgãos federais em face da CF, mas, no que diz respeito aos órgãos estaduais, a competência para conhecer essas omissões pertence aos tribunais de justiça dos estados.

- Certo  
 Errado

**14) CESPE - Procurador - MPTC-DF (2002)**

A respeito do direito constitucional, julgue o item subseqüente.

Segundo decisão do STF, o dispositivo constitucional que instituiu a ação declaratória de constitucionalidade no direito brasileiro é de aplicação imediata, possuindo eficácia independentemente de sua regulamentação por lei complementar ou ordinária.

- Certo  
 Errado

**15) FCC - Procurador - TCE-CE (2015)**

A declaração de constitucionalidade de lei estadual em face da Constituição da República pode ser objeto do pedido inicial, formulado pelo requerente, de

- a) ação direta de inconstitucionalidade.
- b) ação declaratória de constitucionalidade.
- c) ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- d) arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- e) representação interventiva municipal.

Controle de Constitucionalidade

Gabarito

|          |           |            |           |          |
|----------|-----------|------------|-----------|----------|
| 1) C     | 2) D      | 3) Certo   | 4) B      | 5) Certo |
| 6) Certo | 7) Certo  | 8) B       | 9) E      | 10) D    |
| 11) C    | 12) Certo | 13) Errado | 14) Certo | 15) D    |